

Diário do Legislativo de 25/09/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial para emitir parecer sobre a Indicação da professora maria aparecida carvalhais de oliveira para integrar o Conselho Estadual de Educação

Às quinze horas e trinta minutos do dia seis de junho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen, Dalmo Ribeiro Silva e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidente informa que a reunião se destina a proceder a arguição pública da Sra. Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira, indicada para integrar o Conselho Estadual de Educação, e, se possível, apreciar o parecer do relator. A Deputada Maria José Haueisen convida a Sra. Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira a tomar assento à mesa e lembra aos presentes que a arguição pública se faz necessária conforme o disposto no art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, de acordo com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 26. Devido à ausência do relator anteriormente designado, Deputado Edson Rezende, a Deputada Maria José Haueisen redistribui a matéria ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O Presidente passa a palavra à Sra. Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira, para suas considerações iniciais, e, em seguida, aos Deputados e ao relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que procedem à arguição da indicada, conforme consta nas notas taquigráficas. Neste momento, o Presidente agradece a presença da convidada e suspende a reunião por 5 minutos, para os cumprimentos formais. Reabertos os trabalhos, o Presidente indaga ao relator se está em condições de emitir seu parecer. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, então, conclui pela aprovação do nome da Sra. Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira para Conselheira do Conselho Estadual de Educação. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente suspende os trabalhos por 5 minutos, para a lavratura da ata da reunião. Reabertos os trabalhos, a Presidência solicita ao Deputado Mauro Lobo que proceda à leitura da ata, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2001.

Maria José Haueisen, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Mauro Lobo.

ATA DA 71ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às dez horas do dia onze de setembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Menezes, João Leite e Doutor Viana (substituindo este ao Deputado Adelino de Carvalho, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente,

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Roberto Horta, Assessor Jurídico da CDL- BH, que irá discutir o Projeto de Lei nº 1.460/2001, do Deputado Pastor George, que estabelece medida disciplinar no processo de automação nas empresas do sistema produtivo, financeiro e comercial do Estado. A seguir, o Presidente distribui os Projetos de Lei nºs 1.609, 1.662 e 1.660/2001, respectivamente, aos Deputados João Leite, Luiz Menezes e Adelino de Carvalho. Ato contínuo, procede à leitura de requerimentos do Deputado Pastor George, em que solicita seja realizada audiência pública para dar continuidade à discussão do Projeto de Lei nº 1.460/2001; do Deputado Doutor Viana em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão com as Comissões de Administração Pública e de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, para discutir o afastamento preliminar de servidores e aposentadorias que estão sendo revogadas em prejuízo do servidor, devido à morosidade da administração pública; do Deputado Márcio Kangussu em que solicita seja realizada reunião para debater as razões do atraso no cadastramento de crianças, que está impedindo a implantação definitiva do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -PETI- em Minas Gerais; do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater o art. 66 do Código Brasileiro de Trânsito. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. O Deputado Pastor George, autor do requerimento que deu origem à reunião, tece suas considerações iniciais. Após, passa-se a palavra ao Sr. Roberto Horta, que faz comentários sobre o assunto em tela. Passa-se à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e do convidado e convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Luiz Menezes - João Leite.

ATA DA 79ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas e doze minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Geraldo Rezende, Agostinho Silveira, Dilzon Melo, Eduardo Hermeto, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença da Deputada Maria Olívia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Kangussu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e comunica o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.709/2001, (Deputado Geraldo Rezende); 1.703, 1.705, 1.715, 1.717, 1.730, 1.731, 1.734, 1.738 e 1.743/2001, (Deputado Dilzon Melo); 1.704, 1.720, 1.724, 1.732 e 1.733/2001, (Deputado Agostinho Silveira); 1.707, 1.714, 1.719, 1.736 e 1.745/2001, (Deputado Márcio Kangussu); 1.711, 1.716, 1.735, 1.737, 1.740 e 1.741/2001, (Deputado Eduardo Hermeto); 1.710, 1.713, 1.718, 1.726, 1.728 e 1.742/2001, (Deputado Ermano Batista); 1.706, 1.712, 1.721, 1.722, 1.723, 1.725 e 1.729/2001, (Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente comunica o recebimento de requerimento do Deputado Eduardo Hermeto, em que solicita seja retirado de pauta o Projeto de Lei nº 1.183/2000, do Governador do Estado. O Deputado Márcio Kangussu, por sua vez, apresenta requerimento em que solicita sejam os Projetos de Lei nºs 1.688 e 1.585/2001 apreciados em primeiro e em segundo lugar dentro da ordem da pauta, respectivamente. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.688 e 1.585/2001, ambos na forma de substitutivos que receberam o nº 1 (relator: Deputado Márcio Kangussu); 1.634/2001, com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.213/2000, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 1.583/2001 (relator: Deputado Dilzon Melo), com voto contrário do Deputado Sávio Souza Cruz e Projeto de Lei Complementar nº 42/2001, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Ermano Batista). Neste momento, registra-se a presença do Deputado Sebastião Costa, substituindo o Deputado Eduardo Hermeto. O Deputado Ermano Batista apresenta parecer mediante o qual conclui pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.554/2001. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Sávio Souza Cruz apresenta parecer mediante o qual conclui pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.680/2001. Na fase de discussão, é concedida vista da proposição ao Deputado Sebastião Costa. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Agostinho Silveira e apresenta requerimento solicitando realização de reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e a Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 17/99, com a finalidade de debater, com os convidados que menciona, a Proposta de Emenda à Constituição nº 17/99. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Agostinho Silveira devolve a direção dos trabalhos ao Deputado Geraldo Rezende, que, por sua vez, determina, nos termos regimentais, o encaminhamento do Projeto de Lei nº 1.554/2001 ao Plenário da Assembléia, para a inclusão do parecer pela inconstitucionalidade em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Márcio Kangussu - Eduardo Hermeto - Ermano Batista - Dilzon Melo - Agostinho Silveira - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 60ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado Paulo Piau. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Mauro Lobo, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Informa, ainda, o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, e Altiator Silveira, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal. A seguir, comunica o recebimento da seguinte proposição, bem como o relator a que foi distribuída: Projeto de Lei nº 694/99 (relator: Deputado Rogério Correia). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. É retirado de pauta, após aprovação de requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, o Projeto de Lei nº 1.123/2000, e o Projeto de Lei nº 1.422/2001 é convertido em diligência à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, por determinação do Presidente da Comissão. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.327/2000 na forma do vencido no 1º turno e com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta (relator: Deputado Rêmoló Aloise) e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.258/2000 e 1.478/2001, ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 1.491/2001 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Direitos Humanos; 1.566/2001 com a Emenda nº 1 que apresenta (relator: Deputado Luiz Fernando Faria); 1.482/2001 com a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.618/2001 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº1 e as Emendas nºs 4 e 5, apresentadas, e pela rejeição da Emenda nº 3 (relator: Deputado Dilzon Melo). Ato contínuo, o Deputado Mauro Lobo emite parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.683/2001, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas. Na fase de discussão, é concedida vista do parecer ao Deputado Rêmoló Aloise. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Mauro Lobo, em que solicita seja convidado o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral para debater a Lei nº 13.270, de 27/7/99, e Rêmoló Aloise e Rogério Correia, em que solicitam, dos órgãos que mencionam, relatório da aplicação de recursos de investimentos referente aos exercícios de 1999, 2000 e 2001, até a presente data. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Luiz Fernando Faria - Dilzon Melo - Rêmoló Aloise - Ivair Nogueira - Rogério Correia.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 285ª reunião ordinária, em 25/9/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 13/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui o Programa de Seguro Agrícola do Estado de Minas Gerais. As Comissões de Justiça e de Política Agropecuária perderam prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.739/2001, da Mesa da Assembléia, que consolida as normas que disciplinam a remuneração dos membros da Assembléia Legislativa e dispõe sobre o pagamento, a eles, de parcelas indenizatórias.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 316/99, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Transporte opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.595/2001, do Governador do Estado, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.611, de 16/9/97, e dá outra providência. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.596/2001, do Governador do Estado, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.072, de 9/1/96, e dá outra providência. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.683/2001, do Tribunal de Justiça, que visa à criação de cargos na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.510/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virgíópolis imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 80ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 25/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.680/2001, da Deputada Maria José Hauelsen; 1.183/2000 e 1.706/2001, do Governador do Estado; 1.696/2001, do Deputado Geraldo Rezende; 969/2000, do Deputado Antônio Júlio; 1.153/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 1.232/2000, do Deputado Bené Guedes; 1.344/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.562 e 1.703/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.654/2001, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.686 e 1.743/2001, do Deputado João Leite; 1.689/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.720/2001, do Deputado João Paulo; 1.026/2000, da Deputada Maria Olívia; e Projeto de Lei Complementar nº 43/2001, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.619/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.691/2001, do Deputado Amílcar Martins; 1.719/2001, do Deputado Wanderley Ávila; 1.722/2001, do Deputado Ivo José; 1.677/2001, do Deputado Djalma Diniz; 1.697/2001, do Deputado Fábio Avelar; 1.698/2001, do Deputado Geraldo Rezende; 1.700/2001, do Deputado Marcelo Gonçalves; 1.715/2001, do Deputado Cristiano Canêdo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 74ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 25/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.673/2001, do Deputado Ivo José.

Requerimentos nºs 2.576/2001, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 2.588/2001, da Deputada Maria Olívia; 2.587 e 2.586/2001, do Deputado Dimas Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 86ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 26/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.185/2000, do Deputado Chico Rafael; 1.273/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.370/2001, do Deputado Pedro Pinduca; 1.429/2001, do Deputado Bené Guedes.

Finalidade: debater, a pedido do Deputado Edson Rezende, a situação dos servidores do IPSEMG.

Convidados: Srs. João Diniz Pinto Júnior, Presidente do IPSEMG, e Andréa Myrrha Guimarães Almeida, Presidente do Sindicato dos Servidores do IPSEMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial do Esporte, a realizar-se às 9h30min do dia 26/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 26/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.621/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 71ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14 horas do dia 26/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 828/2000, do Deputado Durval Ângelo.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.159/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.574/2001, da Deputada Elaine Matozinhos; 2.577 a 2.584/2001, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 44ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 26/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 62ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 26/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assunto de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 27/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos sobre a aplicação de recursos destinados à área da Saúde no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 25/9/ 2001, destinada à apreciação dos Projetos de Lei n°s 13/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui o Programa de Seguro Agrícola no Estado de Minas Gerais; 316/99, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada intermunicipais; 1.595/2001, do Governador do Estado, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei n° 12.611, de 16/9/97, e dá outra providência; 1.596/2001, do Governador do Estado, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei n° 12.072, de 9/1/96, e dá outra providência; 1.683/2001, do Tribunal de Justiça, que visa à criação de cargos na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; e 1.510/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virgíнопolis imóvel que especifica; e do Projeto de Resolução n° 1.739/2001, da Mesa da Assembléia, que consolida as normas que disciplinam a remuneração dos membros da Assembléia Legislativa e dispõe sobre o pagamento, a eles, de parcelas indenizatórias; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de setembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 58/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Elbe Brandão, José Milton e Marco Régis, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/9/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 57/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Arlen Santiago, Geraldo Rezende e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/9/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer para o 1º turno.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2001.

João Batista de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/9/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater a greve na rede pública federal de ensino superior.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2001.

Paulo Piau, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial Para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Pinto Ribeiro, Mauro Lobo, Bené Guedes e Bilac Pinto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/9/2001, às 15 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de se dar posse ao Presidente eleito e de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2001.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/9/2001, às 8h30min, na Câmara Municipal de Passos, com a finalidade de se proceder, junto às comunidades escolares estaduais do município, a uma avaliação sobre o ensino público em Minas Gerais e de se receber sugestões para um Plano de Carreira do Magistério.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2001.

Paulo Piau, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.602/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.602/2001, de autoria do Deputado Aílton Vilela, que declara de utilidade pública o Centro Profissionalizante Tricordiano - CEPETE -, do Município de Três Corações, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.602/2001

Declara de utilidade pública o Centro Profissionalizante Tricordiano - CEPETE -, com sede no Município de Três Corações.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Profissionalizante Tricordiano - CEPETE -, com sede no Município de Três Corações.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2001.

Amílcar Martins, Presidente - Márcio Cunha, relator - Gil Pereira.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 24/9/2001, a seguinte correspondência:

"OFÍCIO Nº 8/2001*

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2001.

Sr. Presidente,

Venho comunicar, por intermédio de Vossa Excelência, a essa egrégia Assembléia Legislativa que me ausentarei do Estado no período de 22 a 30 de setembro de 2001, a fim de empreender viagem à Itália, onde pretendo realizar contatos e firmar ajustes de interesse da administração do Estado de Minas Gerais.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência e aos demais membros dessa augusta Assembléia protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais."

* - Publicado de acordo com o texto original.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

281ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 13/9/2001

O Deputado Hely Tarquínio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos voltando a esta tribuna para fazer um breve relato da conclusão da CPI da Saúde.

A CPI sempre chega "a posteriori" aos atos que se buscam e sempre, por mais que se revista de autoridade judiciária procurando fazer as denúncias com as provas materiais, investiga em cima de vestígios.

Além disso, muitas vezes esses vestígios são maquiados. Portanto, a CPI representa um esforço, uma prerrogativa muito útil do parlamento, mas apenas para denunciar, porque o atual modelo parlamentar está em exaustão. Compete a nós, como mediadores do povo - gosto desta expressão, que significa mediar os interesses da sociedade -, exercermos duas funções principais, isto é, a legislativa e a fiscalizadora. Por isso, o parlamentar, ao exercer suas atividades, tem de ir às bases, ouvir as pessoas, representar a sua região, trazer as sugestões para debate nas diversas comissões e elaborar os projetos de acordo com o Regimento Interno. Mas esse sistema, essa forma de trabalhar do parlamento está se exaurindo. Temos um momento de fortuna, no sentido de grande oportunidade para repensar o atual modelo parlamentar, o atual paradigma, em que a legislação, principalmente a que se refere às leis ordinárias, está em exaustão, e em que a fiscalização tem de ser hipertrofiada.

Para fiscalizar temos de sair desse estado de contemplação em que o Legislativo se encontra - não só em Minas Gerais, mas em todo o País - e partir para a "praxis" da fiscalização material e formal. O principal exemplo é o nosso orçamento, que precisa se transformar em um orçamento-cidadão, principalmente no que diz respeito à linguagem. Muitas pessoas com educação superior e mesmo os Deputados sentem dificuldades não só para entender o orçamento, mas também para lê-lo, pois é todo cheio de rubricas complicadas, enfim, é muito nebuloso. Parece que o objetivo é que o povo não o entenda mesmo. Estou nesta Assembléia há 11 anos, e, junto com os técnicos da Casa, examinamos o orçamento e fazemos as emendas necessárias. Com o passar do tempo, com a prática, o Deputado aprende a elaborá-lo formalmente, ou seja, no papel coloca todas as necessidades da sua região. No entanto, muitos não voltam para acompanhar o orçamento, verificar se aquela obra que estava marcada para a sua região foi realizada. O interessado faz esse acompanhamento.

Há dias fui atrás de duas rubricas acordadas com as secretarias de atividade-meio desta Casa, com a Maioria e com a Minoria. Apesar de já estarmos chegando ao mês de outubro, de R\$2.250.000,00, nenhum tostão foi liberado para a minha região.

Procurei no SIAFI, mas não encontrei. O SIAFI também não está funcionando. E o Governo diz que está bem. De repente, quer colocar tudo da Assembléia no SIAFI. Tudo bem, mas vamos cumprir a lei.

É isso que estamos pedindo e sugerindo. Tenho um requerimento nesse sentido para apresentar. Depois, se der tempo, comento sobre a CPI, porque, primeiramente, quero discutir esse assunto.

Realmente, peça orçamentária é o nome certo e até comum. Todos sabem que ela é ficção, é nebulosa, e que não acontece a materialização desse orçamento da forma como está escrito. Ele é superestimado, e não se realizam 30% daquilo que está escrito.

Eles apontam as fontes de financiamento. Queremos conhecê-las, sim, e também o que, a cada ano, arrecadou-se, qual a fonte, como ficou o dinheiro dos impostos, os recursos federais, os repasses. É sobre isso que esta Casa tem de se debruçar para conhecer realmente a arrecadação; e, no ano subsequente, num novo modelo de atividade parlamentar, fiscalizar, pelas comissões temáticas e pela Comissão de Fiscalização Orçamentária, logicamente a partir de um estudo, se aconteceu aquilo que estava previsto, porque, senão, vai acontecer sempre na base da contemplação, na base da formalidade. E continuam as comunidades que representamos com a necessidade de um poço artesiano, de uma rua asfaltada, e nós faltando com os Prefeitos, faltando com a população das nossas cidades e da região rural também.

Não há verba de subvenção para atender às migalhas - vamos dizer - dos que ficam na linha de miséria.

Esse tal orçamento participativo também é balela. São apenas macroprioridades caracterizadas e que se repetem a cada ano, sem que se tenha concluído a obra, haja vista o tal Hospital de Venda Nova, a BR-381, que liga Belo Horizonte a São Paulo, sempre consumindo altas quantias, quantias vultosas.

Por exemplo, no caso da Comissão Especial do CARDIOMINAS, consumiram-se US\$27.000.000,00, mas US\$10.000.000,00 não tiveram justificativa. Fizemos duas comissões especiais, enviamos relatórios e denúncias para o Ministério Público, mas não recebemos resposta até hoje.

Temo que, com a CPI da Saúde, aconteça a mesma coisa, porque há acúmulo de processos, e alega-se falta de tempo, falta de estrutura. O diagnóstico é estrutural mesmo, mas é preciso mudar o modelo de atuação parlamentar.

É esse lado que quero repetir. Estaremos apresentando um requerimento hoje, pedindo ao Sr. Presidente da Casa a formação de uma comissão paritária, com a Maioria e a Minoria representadas simetricamente, junto com o Presidente e técnicos da Casa, para repensarmos o modelo neste momento de fortuna, como diria o filósofo, momento importante, em que há cobrança da sociedade, em que se destroem duas torres gêmeas, prédios gêmeos para, talvez, chamar a atenção para essa globalização perversa e mudar de rumo este mundo.

Gostaria que constasse nos anais da Casa esse alerta que faço aos companheiros Deputados, ao Sr. Presidente e à Mesa que dirige esta Casa: devemos pensar alto no parlamento. Não devemos trair Montesquieu, quando pensou na divisão dos Poderes. Antes dele, houve vários que anunciaram essa necessidade de se dividir o Poder, para que o Legislativo tivesse condição de representar soberanamente o povo; quando sonhou Rosseau que, dando um voto de confiança a um Deputado, estaria confundindo a vontade de cada cidadão, a vontade de cada comunidade com a vontade do representante.

Houve uma evolução, e chegou-se a Montesquieu; dividiram-se os três Poderes; organizaram-se várias formas de governo e vários sistemas. A nação americana, que em 200 anos, teve uma evolução incomparável, também sucumbiu diante da prepotência da soberania. Temos de ter uma soberania racional, consistente.

Com a CPI, trago um recorte, cujo diagnóstico é estrutural. Como o Estado de Minas Gerais nunca foi montado, historicamente, o Estado brasileiro também não. Mas parece que o Governo de Minas Gerais desestruturou-se mais no que tange aos três Poderes, pois não há controle interno, não há observação e aferição dos bens e serviços públicos. E não há, sobretudo, planejamento atendendo aos princípios constitucionais. A Constituição está sendo rasgada pelo Poder Executivo, e estamos de joelhos, precisamos mudar esse paradigma, esse modelo. Compete ao Poder soberano, o Legislativo, fazer essa reforma. Concedo um aparte ao Deputado Miguel Martini, meu ilustre companheiro.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Hely Tarquínio, pelo brilhante pronunciamento que V. Exa. está fazendo, quero parabenizá-lo. Quero apenas corroborar o que V. Exa. está dizendo. Creio que todos os Líderes e Deputados desta Casa não têm outra coisa a fazer, até que essa mudança seja consolidada nesta Casa, a não ser trabalhar arduamente para mudar substancialmente a forma de atuação do parlamento mineiro. V. Exa. disse: "Fazemos a CPI". Esta Casa faz e tem sido muito competente em todas elas. Pergunta-se: "Terminou em pizza. Quem assou essa pizza?". Vai para o Ministério Público, que não dá resposta. Vai para o Executivo, que não toma as medidas legais. Vai para o Judiciário, que não cumpre o seu papel.

Se esta Casa não se modificar substancialmente, não teremos mais condições de sermos parlamentares neste Estado. A Constituição de 1988 reduziu a competência legiferante de todo Poder Legislativo Estadual: é prerrogativa do Congresso Nacional, da Câmara Municipal ou é iniciativa privativa do Executivo. Fomos limitados, substancialmente, na nossa competência legiferante. Nossa competência fiscalizadora está completamente fragilizada, porque a maioria das ações depende da Mesa diretora dos trabalhos, que está vinculada, diretamente e de modo geral, ao Poder Executivo, que trabalha para elegê-la e, depois, tem o controle do Poder Legislativo. Há oito requerimentos que não entram em pauta para votação e, quando são aprovados, fora de época, não conseguimos as respostas almejadas.

Fizemos denúncias nesta tribuna, encaminhamos processos para o Ministério Público a respeito das obras da lagoa da Pampulha, e não houve nenhuma resposta. Aprovamos requerimento cobrando uma resposta e uma atitude do Ministério Público. Não veio nenhuma resposta para esta Casa. Se não modificarmos agora, não valerá a pena ser Deputado. É apenas fazer de conta que somos Deputados, que somos Poder Legislativo, e isso não podemos aceitar. O momento é este, é urgente que façamos essas modificações e que este Poder Legislativo, em benefício da sociedade, faça uma mudança radical na sua forma de atuar, caso contrário, a sociedade será prejudicada, como temos visto em outros Estados.

O Deputado Hely Tarquínio* - Agradeço a intervenção do ilustre Deputado Miguel Martini.

Quero citar mais um exemplo. Há cerca de dois anos, o Senado peregrinou por este Brasil, fazendo uma relação das obras inacabadas - foi uma soma vultosa -, exatamente para acertar a dívida externa. E, até hoje, as obras continuam do mesmo tamanho, e não conhecemos o tamanho do rombo. Então, o Senado está na mesma.

Gostaria de ressaltar que essa mazela não é prerrogativa deste Poder ou dessa Mesa, de forma alguma; isso é histórico. Como já disse, este é um momento de fortuna, para que possamos mudar o nosso comportamento.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Informo ao Deputado Hely Tarquínio que dispõe de apenas 7 segundos.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - É apenas para abordar uma questão que julgo importante, Deputado Hely Tarquínio, relativa às obras financiadas pelo REFORSUS, começando pelo Hospital do Pronto Socorro de Venda Nova. Nessa obra, que durante sete anos - de 1990 a 1997 - não teve sequer um projeto arquitetônico, já foram consumidos R\$40.000.000,00.

Também quero dizer da multiplicidade de obras que se instalaram pelo Estado, da pulverização de várias obras que, inacabadas, não têm o controle e a coordenação da Secretaria da Saúde. Assim, em nosso relatório também apontamos a necessidade do controle feito pelo Executivo - no caso, a Secretaria da Saúde.

O Deputado Hely Tarquínio* - Voltaremos a abordar o problema do relatório da CPI em outra oportunidade. (- Lê: -) "Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: O Deputado que este subscreve requer a V. Exa. seja formada comissão paritária, incluindo os Deputados da Maioria e da Minoria, juntamente com a Consultoria desta Casa e V. Exa., a fim de repensar o modelo de atuação parlamentar, com alto espírito de adaptação, para cumprirmos nosso papel de mediador, cobrado pela sociedade civil organizada.

Justificação: Temos a convicção de que legislar pura e simplesmente está em fase de exaustão e, pelo contrário, a nossa finalidade precípua seria uma fiscalização hipertrofiada de direito e de fato, voltada para uma práxis de boa justiça. Só assim estaríamos identificados com os princípios da separação dos três Poderes, para o bem de uma sociedade mais justa e equilibrada".

Solicito aos companheiros que aprovelem esse requerimento, para que possamos começar a pensar em mudar o modelo desta Casa, servindo de exemplo para outros parlamentos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV do Legislativo, não posso deixar de lembrar nesta tribuna que há cinco anos criávamos essa TV, exatamente para dar transparência ao trabalho do Legislativo. Quando chegamos a esta Casa, há seis anos, fizemos um requerimento, mostrando a importância de se transmitirem os trabalhos do Legislativo e os debates realizados nesta Casa para toda a sociedade. Inicialmente, para a sociedade belo-horizontina; hoje, graças aos Presidentes que passaram por esta Casa - os Deputados Romeu Queiroz, Anderson Adauto e, agora, Antônio Júlio -, já chegamos a quase 200 municípios e, se Deus quiser, estaremos chegando a todos eles até o final desta legislatura, porque esse trabalho tem de ser apresentado para o povo mineiro.

O Deputado que me antecedeu falava da falta de resultados em algumas CPIs. Quero lembrar ao Deputado Hely Tarquínio a CPI que presidi nesta Casa, há um ano, e que colheu resultados para o povo mineiro: naquela época, fechamos dois bingos e colocamos na cadeia 12 empresários, sendo 8 do Estado de São Paulo.

A Polícia Federal, depois do requerimento e de apresentarmos o nosso trabalho, foi até São Paulo. Ficaram aqui por 40 dias e pagaram toda a dívida que tinham com o povo mineiro. São CPIs como essa que mostram os fatos e dão resultados.

Srs. e Sras. Deputados, com grande prazer, a Casa recebe a caravana dos amigos de Itaúna, formada por moradores, lideranças e os Vereadores amigos Adão Lino e Maurício Aguiar, companheiro também de rádio. Vieram pedir o apoio de todos os Deputados para o problema sério e constante de atropelamentos e mortes que vêm acontecendo na entrada da cidade, na MG-50.

Vou abrir um parêntese para lembrar que temos na Casa exemplos de acidentes que aconteceram na MG-50. Nas redondezas de Itaúna, no final do ano passado, o Deputado João Leite quase perdeu a sua vida num acidente de carro. Há mais tempo, foi retirado o radar com limite de velocidade que havia no local. Em conseqüência, não se fez nada. O que aconteceu? Mais de 15 mortes em apenas dois meses, além de inúmeros atropelamentos, sobretudo de crianças.

Vários pedidos foram feitos ao DER para colocar limitador de velocidade, já que se trata de área urbana. Foi feito também pedido para construção de passagem elevada na entrada de

Itaúna. Então, fizemos vários pedidos, visitas e cobranças ao DER, juntamente com os Vereadores Adão e Maurício. Não obtivemos resposta.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Alencar, deixei o meu sangue lá. Tinha que apoiar o pronunciamento, a cobrança que V. Exa. faz nesta tribuna, porque se trata de trecho perigoso. Naquela época, ia em direção a Divinópolis, quando um caminhão que estava na via lateral atravessou a pista e colheu o automóvel onde estava. Poderia ter sido uma tragédia terrível. Graças a Deus, nossa vida foi poupada. Algumas pessoas que estavam comigo ficaram machucadas. Quero agradecer o atendimento que recebi em Itaúna do Dr. Denilson, médico que estava de plantão no hospital, ex-jogador do Atlético Mineiro, o carinho dos enfermeiros e de todos.

Sem dúvida, trata-se de um dos trechos mais perigosos em Minas Gerais. Quero estar junto com V. Exa., apoiando essa denúncia que no momento faz e a cobrança para que sejam feitas obras de segurança naquele local. Estamos vendo as vidas que estão sendo perdidas e, no momento, temos de denunciar a omissão das autoridades do Poder Executivo em relação à garantia da vida naquele trecho da MG-50, em Itaúna. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Muito obrigado, Deputado João Leite.

Lembro aos companheiros que, a partir de hoje, estaremos, nesta tribuna, falando diariamente sobre o problema da MG-50. Os mais legítimos representantes da população de Itaúna, que são seus Vereadores, preocupam-se com a situação, e nada se faz no DER de Minas para solucionar o problema. Eraanel rodoviário, hoje é avenida bem central. A alta velocidade e a imprudência de muitos motoristas continuam fazendo vítimas. A caravana de Itaúna pede a esta Casa que pressione o DER a fazer a sinalização da MG-50, a pedido dos Vereadores Adão e Maurício.

Lembro a todos que uma das mortes debitadas à falta de sinalização daquele trecho foi a da filha de D. Irani, que se encontra presente, como líder do movimento. Perdeu sua filha, Rosane, de 14 anos, cujo futuro seria brilhante, já que havia recebido prêmio, em Belo Horizonte, por uma poesia de sua autoria.

Junto ao povo de Itaúna, solicito providências às autoridades para solucionar os problemas da cidade. Não podemos ater-nos a burocracias, já que são muitas as vidas que correm risco naquela localidade. O DER precisa dar solução imediata ao caso, enviando um técnico que estude com a população local, Vereadores e Prefeito a melhor solução. Que seja um radar com limite de velocidade, uma passarela, mas alguma coisa tem que ser feita. Aprovaremos, neste Plenário, um requerimento a ser enviado ao DER, em nome de todos os Deputados que se preocupam com a população mineira, solicitando a instalação de radares e a construção de passarela no local.

A Deputada Maria Olívia (em aparte) - Sr. Deputado, a situação de Itaúna é muito complicada. Quando me dirijo a Santo Antônio do Monte, passo pela BR-262, dando uma volta. Assisti a inúmeros atropelamentos na localidade. Trata-se de estrada extremamente complicada.

Cumprimento o Deputado Alencar da Silveira Júnior por sua iniciativa e lamento as perdas de vidas ocorridas. O entroncamento é complicado, não se sabe se deve entrar à direita ou à esquerda. A lateral confunde-se com a estrada principal. A cidade de Itaúna tem de se preocupar com essa grave questão. Obrigada.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Muito obrigado, Deputada Maria Olívia, que sempre se preocupou com aquela região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que a vinda dessa caravana de Vereadores de Itaúna à Assembléia Legislativa, trazendo os representantes do movimento encabeçado pela D. Irani, deve-se ao fato de terem chegado a um limite; não agüentam mais a situação. Sair de uma cidade a quilômetros de Belo Horizonte, é porque a situação está realmente difícil. Falo alto e bom som, já que temos um telespectador assíduo da TV Assembléia, que é o Ministro Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil: não agüentamos mais. Mande, ordene, autorize o Dr. Maurício a fazer esse trevo.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Alencar da Silveira Júnior, ontem, às 15 horas, estive no DER com a comissão de mães e com o Pe. Amarildo, de Itaúna, reivindicando solução para problema do Km 47, que já ceifou várias vidas. Tivemos alguma esperança, mas o compromisso do Vereador Mirinho, das mães e do vigário é que, se dentro de três semanas o problema não for resolvido, vamos fechar aquela rodovia, e os próprios moradores vão fazer o quebra-molas. Será lamentável, mas, diante do risco de vida, vale a desobediência civil. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Vamos fazer melhor, Deputado Durval Ângelo, não vamos deixar apenas a população fazer isso, vamos eu e V. Exa. quebrar o asfalto. Há um mês e meio que o DER está me enrolando, prometeram a V. Exa. que o problema estaria resolvido em três semanas. Vamos esperar até o dia 15 do próximo mês. Se até lá não tivermos a solução, sairemos daqui eu, o Deputado Durval Ângelo, a Deputada Maria Olívia e o Deputado João Leite, que já deixou o seu sangue lá e agora deixará o suor, quebrando aquele asfalto, colocando o quebra-molas, porque, se o DER não faz, nós o faremos.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar Itaúna que, no próximo dia 15, completará 100 anos de emancipação. Da Assembléia Legislativa, apresento os votos de congratulações aos habitantes daquela cidade. Peço aos Vereadores que depois desçam para prestarem depoimento. Muito obrigado aos companheiros que aqui vieram, muito obrigado aos telespectadores da TV Assembléia.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa e povo de Minas Gerais, ocupo a tribuna, nesta tarde, para colocar algumas impressões com relação à situação da saúde pública no Estado. Entretanto, antes de tocar nesse assunto, motivo de uma audiência pública hoje na Casa, com a presença de dezenas de Prefeitos do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha, gostaria de fazer um apelo, que já tem sido feito ao longo dos anos e que se dirige ao Governador Itamar Franco, uma vez que, conforme informações que obtive, depende única e exclusivamente do Governo do Estado liberar a contrapartida do Estado para a construção de seis centros de reeducação de menores.

Sabemos da gravidade do problema do menor infrator, que está no caminho da criminalidade, mas que ainda não se tornou um bandido, tendo, portanto, recuperação e precisando de assistência especial por parte do Estado para sua recuperação e reinclusão na sociedade. Já fazemos tal apelo há seis anos, e os anais desta Casa podem testemunhar o posicionamento deste Deputado e de outros que se preocupam com o menor que aí está, à mercê da sorte, e que se transformou em um dos problemas mais graves de segurança pública para nossas famílias e para o Estado.

Naquela ocasião, chegamos a apresentar um projeto de lei, doando um terreno em Montes Claros para a construção desse centro. O atual Prefeito Jairo Ataíde era Deputado Estadual e, junto comigo, trabalhou para conseguirmos a aprovação do projeto. Infelizmente, o Estado não tinha recursos para bancar a construção desse centro de reeducação do menor, e, por isso, partimos para a União.

Fizemos um estudo mostrando a periculosidade desses menores e a injustiça e a falta de assistência da sociedade e do Estado, no sentido de dar-lhes mais oportunidade e respaldo. Conseguimos sensibilizar o Ministério da Justiça e obtivemos a promessa de recursos, os quais cobramos no Orçamento Geral da União, ano após ano. No ano passado, obtivemos essa grande vitória, e representantes do Ministério nos garantiram a disponibilidade dos recursos em 2001.

Ontem, em Brasília, tivemos a confirmação de que tais recursos estarão disponibilizados para o Estado. Serão construídos centros de reeducação em Montes Claros, Governador Valadares, Poços de Caldas, Betim, Juiz de Fora e em uma cidade a definir. Entretanto, tive a informação de que o Estado ainda não pôde disponibilizar a contrapartida. Pesquisaremos se essa informação é verdadeira e, amanhã, estaremos com representantes do Governo do Estado, para reafirmar nosso apelo, uma vez que sabemos da importância de se investir no menor. Se essa for a verdade, faremos um apelo dramático ao Governador Itamar Franco e à Sra. Secretária da Justiça, Dra. Ângela Pace, para que Minas Gerais possa cumprir esse papel histórico, e possamos construir não cadeias ou abrigos para menores, mas verdadeiras escolas de vida, onde terão o direito de ser encarados e tratados como gente e cidadãos. Não podemos condená-los de antemão, sumariamente, para que continuem no caminho da criminalidade.

Faço este apelo em nome de Montes Claros, do Prefeito Jairo Ataíde, da Câmara Municipal, por seu Presidente, Sebastião Pimenta, que é meu irmão, e dos 21 Vereadores, para que possamos, efetivamente, ter essa grande obra social, a fim de dar oportunidade aos menores.

Você, morador de Belo Horizonte, que é pai, mãe, estudante e trabalhador, sabe o que passamos. A sociedade está encurralada e presa em casa, e os criminosos soltos nas ruas. Muitos deles, que ainda não são verdadeiramente criminosos, poderão ser recuperados, se tivermos a sensibilidade de criar essas seis escolas profissionalizantes de apoio aos menores do Estado.

Sr. Presidente, comentarei uma audiência pública realizada hoje pela Comissão de Saúde. Essa audiência foi histórica. Pela primeira vez, vi Prefeitos do Norte de Minas, Secretários Municipais de Saúde do Jequitinhonha e do Mucuri com os representantes do Governo do Estado e desta Casa. Estiveram presentes mais de dez Deputados. Vimos esses Prefeitos e lideranças dizerem, alto e bom som, que não aceitarão mais o tratamento que vêm recebendo ao longo de tantos anos. Nunca foi praticada a equidade, para não falar da justiça social, na aplicação dos recursos da saúde pública.

O Jequitinhonha trouxe dados, mostrando que são aplicados, "per capita", R\$0,83 por mês na saúde pública do vale do Jequitinhonha. Na concepção mais clara da palavra, isso significa a exclusão de um povo que já não possui nenhuma estrutura e nenhuma ajuda no que diz respeito à saúde pública. Esse dinheiro mal dá para comprar uma cartela de analgésicos, para não falar em outras atividades em níveis elementares e mais complexos. Esse absurdo é de conhecimento público e chegou à Assembleia de Minas. Nós, representantes dessas regiões, como os Deputados Kemil Kumaira, Doutor Viana e Wanderley Ávila, temos de ter a coragem histórica de, ao receber o orçamento do Estado para a área da saúde, aceitá-lo ou não, ou, pelo menos, influenciar para que haja uma redistribuição dos recursos da saúde pública.

Há pouco tempo, dizia que, no Norte de Minas, ainda morrem crianças com tétano no cordão umbilical. Trata-se do mal-de-sete-dias. As mães, acostumadas com o sofrimento, rendem-se às evidências, entregando os filhos; podem, apenas, rezar. É um absurdo aceitar que 98% dos municípios do Norte de Minas não tenham rede de esgoto e saneamento básico. Essa população, que é a mais sacrificada, a mais exigida e a mais sofrida, tem de continuar com o pires na mão, aceitando e agradecendo pelos R\$0,83 "per capita" por mês.

Discutimos, também, a burocracia do Estado quanto à saúde pública. Ontem, em Brasília, representando esta Casa, estive com um técnico graduado, do Ministério da Saúde, e ele perguntou-me sobre o que está acontecendo no nosso Estado, porque os outros já implantaram o Programa da Saúde da Família Oral, e Minas Gerais não conseguiu. Recebi o maior tapa de luva e não pude responder, porque, sinceramente, não tinha conhecimento do que estava acontecendo. Hoje soube que o Estado não teve competência para treinar técnicos para implantar o Programa da Saúde da Família Oral. Para cada equipe, cada município, o Governo Federal repassa R\$5.000,00 para compra de equipamentos e R\$1.500,00 por mês, para manter o programa.

Foi discutida a burocracia do sistema de vigilância sanitária do Estado, que é um absurdo. Muitos municípios que poderiam ter estrutura mínima não podem funcionar por causa da exigência sem precedentes da Vigilância Sanitária. Em Jaíba, foi construído um hospital há quatro anos, com investimento de US\$700.000,00, do Projeto Nordeste na Jaíba, e, até hoje, o hospital não funciona, por implicância - substituindo a palavra exigência - da Vigilância Sanitária. Concedo aparte ao Deputado Cristiano Canêdo.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, V. Exa. está se referindo à atenção básica à saúde no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, mas acredito que esse problema está em todo o Estado de Minas Gerais. Trata-se da forma de aplicação de recursos do SUS, que estão sendo aplicados em alta complexidade, ao contrário da atenção básica. Temos municípios onde não existe atenção básica, mas estão aplicando recursos em alta complexidade. Temos municípios com 50.000, 60.000 habitantes, com credenciamento pelo SUS de 4, 5 tomógrafos computadorizados, enquanto, em outros municípios, há crianças morrendo de tétano umbilical. Não existe cobertura vacinal. Esses mesmos municípios não querem implantar o Programa de Saúde da Família, mas querem equipamento de hemodinâmica, querem equipamento de ressonância magnética, em municípios onde a taxa de mortalidade infantil é elevadíssima. Hoje devemos ter cerca de 20% dos recursos do SUS no Estado para atenção básica e 80% para internação de média e alta complexidade. Precisamos inverter esse modelo tanto nas cidades do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, no Norte do Estado, quanto na Zona da Mata e no Vale do Rio Doce, onde o índice de mortalidade infantil é elevadíssimo.

O Deputado Carlos Pimenta - Concordamos com a sua análise, que é correta.

Concluindo, foram apresentadas algumas propostas: o Orçamento do Estado chega até 30 de setembro. Será uma oportunidade não só para a Comissão de Saúde, mas também para todos nós, principalmente da bancada de médicos, ter uma discussão mais aberta, mais transparente.

Quero dizer, ainda, que vou aderir ao movimento que se inicia por todo o Brasil com relação à CPMF, a fim de que haja uma redistribuição mais justa desses recursos. Em Brasília, já é voz corrente que parte da CPMF tem de vir direto para os Estados e parte para os municípios. Se 50% forem alocados para a União, 25% para os Estados e 25% para os municípios, haverá um acréscimo de R\$4.000.000.000,00 por mês nos cofres dos municípios brasileiros, principalmente nos das regiões mais carentes. É um movimento que teve início em Brasília, e vamos desfaldar essa bandeira e iniciar o movimento em Minas Gerais, mobilizando todos os Prefeitos do nosso Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há vários anos convivemos, mesmo que à distância, com os conflitos no Oriente Médio. De tanto vermos o assunto estampado na imprensa, não somos mais capazes de nos indignarmos como diante do ocorrido nos EUA.

Ao mesmo tempo, a fome e a miséria da África chegam a nos revoltar mais que a fome e a miséria do vale do Jequitinhonha, que as cenas de crianças trabalhando em carvoarias e pedindo esmolas em sinais de trânsito.

Os fatos ocorridos nos EUA dão uma demonstração de que precisamos acordar. Foi preciso que acontecesse uma tragédia de tamanhas proporções para que o país mais poderoso do mundo se desse conta de que não é inatingível, de que é preciso repensar estratégias, ações e valores. Fazendo uma comparação simbólica, é assim que reage o ser humano. Na maioria das vezes, se julga inatingível e só se manifesta quando algo acontece com ele ou com alguém próximo dele.

Desde que entrei nesta Casa, tenho ocupado esta tribuna chamando a atenção de todos para o problema da segurança pública, especialmente em nosso Estado. Esperaremos que aconteça conosco para tomarmos uma atitude? Será preciso que se estabeleça o caos para entrarmos em estado de alerta? Já é tempo de recuperarmos nossa capacidade de indignação diante de fatos como o desaparecimento da bancária Daniela e de inúmeras outras pessoas; o caso do "maniaco do Opala", que confessa, com tamanha frieza, o assassinato de mulheres; ou mesmo os casos da menina Míriam Brandão e da menina Ozana, assassinada no Bairro Tejuco, região de Esmeraldas.

Estamos perdendo a batalha contra a violência, o crime organizado e o tráfico de drogas. É gritante a necessidade de mudanças de atitude dos Governos, das polícias e do povo.

Se nem mesmo os policiais estão seguros, que dirá a população? Só nesta semana, uma viatura do Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil de São Paulo explodiu na porta de uma delegacia e, em dois militares foram mortos e um está ferido, em estado grave, no HPM.

O primeiro caso ocorreu em 9/9/2001, às 3 horas da madrugada. O Soldado Andreng Luiz Fausto foi vítima de tocaia quando passava dirigindo seu próprio carro, sendo executado com vários tiros à queima-roupa. Andreng ainda foi socorrido com vida por outros militares que compareceram ao local, após serem acionados por uma testemunha do crime, mas morreu ao dar entrada no posto de saúde da cidade. Após rastreamento, Luiz Fernando da Silva foi preso e identificado por testemunhas, tendo confessado a autoria do crime. Os motivos que o levaram a matar o policial militar ainda não foram totalmente esclarecidos. Foi encontrada com ele uma quantia em dinheiro, aproximadamente R\$430,00, e não soube explicar a origem. Em sua residência, foi encontrado um documento de doação de um terreno que, conforme declarou, seria a recompensa pelo crime. Porém, o acusado se contradisse e não conseguiu explicar a verdadeira origem dos materiais apreendidos. Também foi apreendida uma arma supostamente usada no crime, um revólver calibre 38 e cinco cartuchos deflagrados. Existe, portanto, a possibilidade de ter sido um crime encomendado. Porém, o suposto mandante ainda não foi identificado. Isso ocorreu na cidade de Fronteira, no Triângulo.

No dia 11/9/2001, na cidade de Centralina, no Triângulo, às 19h30min, o Soldado Hélio de Paula Silva, de 45 anos, estava em patrulhamento como motorista da viatura, juntamente com o Cabo Carlos Antônio Dias, quando foram abordar dois elementos que haviam acabado de furtar uma moto. Ao se aproximarem, os militares foram recebidos a bala, tendo um tiro acertado fatalmente o Soldado Hélio nas axilas. Hélio era um homem muito querido por toda a população local. A moto foi recuperada, mas os indivíduos conseguiram fugir.

Na noite de ontem, o Sargento Geovandro estava de folga, em um bar, na região de Contagem, quando dois homens e uma mulher entraram e anunciaram o assalto. Um dos homens passou a revistar todos os que estavam no bar. Antes que fosse revistado, o Sargento reagiu. Houve troca de tiros, e o militar foi atingido por dois disparos. Está internado em estado grave no HPM.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, em nossa primeira manifestação, comentamos o episódio ocorrido nos Estados Unidos. Muitas vezes, ocupamos esta tribuna para falar sobre a violência e a criminalidade, que estão aumentando em nosso Estado. Infelizmente, as pessoas não estão se sensibilizando para isso, porque a vida está sendo banalizada. Está sendo publicado em todos os jornais o caso da bancária Daniela, mas nenhuma medida mais efetiva está sendo tomada a fim de que haja solução não só para esse, mas também para outros casos que ocorreram na Capital. O maníaco do Opala cometeu vários crimes e agora foi preso. Mas várias vidas foram ceifadas.

Precisamos contar com o Poder Executivo, especialmente com o Secretário Márcio Domingues e com o Comandante-Geral da PM. É preciso que haja vontade política por parte do Governador Itamar Franco, a fim de que possamos investir na segurança pública e sair da inércia. Em vários municípios do interior muitos destacamentos não possuem sequer uma viatura. Aí, quando ocorre um crime bárbaro, ficamos apreensivos. Muitas vezes o cidadão só se dá conta da gravidade da situação quando um ente querido - filho, filha, irmão, pai ou mãe - sofre ação violenta por parte de marginais. Somente assim é que entendemos que tal fato pode também acontecer conosco.

Um companheiro indagou-me sobre o teor do meu pronunciamento nesta tribuna. Disse-lhe que era sobre a segurança pública. Perguntou-me: "De novo?" Ao responder-lhe que sim, quis saber o porquê. A resposta é simples: estamos vendo o crime crescer. Há poucos dias, foram apreendidos 260kg de cocaína em Iturama, que fica próxima ao Município de Frutal, no Triângulo. O narcotráfico vem crescendo assustadoramente. Tivemos a felicidade, Deputado Paulo Piau - por meio do trabalho realizado juntamente com a chamada força tarefa da CPI do Narcotráfico, ou seja, com a Polícia Federal, com o Ministério Público, com o Poder Judiciário -, de ter a notícia de que o Turcão, grande traficante do Triângulo, foi preso, graças a um mandado de prisão expedido pela Comarca de Itapagipe. Nós, Deputados, solicitamos a sua prisão preventiva, que foi decretada, e ele foi preso.

Tivemos essa apreensão de 260kg de cocaína. Temos de acordar. O narcotráfico vem, cada vez mais, invadindo as nossas escolas, as faculdades, toda a periferia, e não estamos tendo uma resposta imediata.

É preciso que algo de concreto seja realizado. Estamos com vários projetos nesta Casa para serem votados, como, por exemplo, a Emenda à Constituição nº 33. Já ocupei esta tribuna várias vezes, tentando sensibilizar o Governador Itamar Franco e o Presidente desta Assembléia quanto a essa emenda, para promover a integração do aparelho policial.

Mas nada é feito. Todos estão na inércia. Mas eu não posso ficar na inércia. É por isso que, insistentemente, ocupo esta tribuna. Muitas vezes, meus companheiros ficam perguntando se vou falar, de novo, sobre segurança pública. De novo, porque não estamos vendo medidas concretas sendo tomadas. Além disso, nesta Casa, não havia de fato um Deputado que tivesse uma preocupação mais extremada com a questão da segurança pública. E, nesta legislatura, a questão tomou outra proporção, pois são vários os companheiros preocupados. Mas é necessário receber contribuição maior daqueles que, de fato, detêm o poder de decisão. Precisamos aprovar projetos nesta Casa, mas, infelizmente, temos de ter decisões políticas por parte do Executivo.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)* - Ilustre Deputado Sargento Rodrigues, gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e pela sua demonstração de indignação com a inércia do Governo do Estado em relação a esse problema grave que vive o nosso Estado.

Se alguém chegasse à Assembléia durante o período de discussões nesta tarde, provavelmente estaria envolvido numa grande dúvida: qual é a bancada da Oposição e qual é a bancada de sustentação do Governo nesta Casa? Digo isso porque, coincidentemente, dos Deputados que se manifestaram aqui hoje, praticamente todos defenderam uma maior participação do Governador Itamar Franco na solução de questões que afligem a população mineira.

Ainda há pouco, esteve nesta tribuna um médico, o Dr. Carlos Pimenta, Deputado do Norte de Minas, que mostrou a ineficiência, a omissão do Governo do Estado quanto a questões básicas da saúde pública em Minas Gerais. Anteriormente, esteve nesta tribuna o Deputado Alencar da Silveira Júnior, que falou sobre a falta de um trabalho eficiente por parte do DER na busca de solução para uma questão que se vem arrastando e que tem ceifado vidas devido à ineficiência do Governo. Enfim, chega V. Exa., um Deputado que demonstrou, desde o primeiro dia, sua preocupação em trazer para esta Assembléia o debate da segurança pública em nosso Estado.

Vejo que V. Exa. continua num trabalho árduo, espinhoso, mas que não tem sido ouvido pelo Governador do Estado, até mesmo porque o Governador Itamar Franco tem demonstrado pouca aptidão para o Governo. Em outro país, talvez, já tivesse ele sido denunciado por crime de responsabilidade, pelo fato de abandonar o nosso Estado, de deixá-lo nesse caos, numa forma cada vez mais cruel de mostrar o seu desprezo pelos mineiros.

Nosso Estado vive, em determinadas situações, como se tivesse se abatido sobre nós um ato de selvageria de um Governo que não tem, acima de tudo, aquilo que é fundamental, a sensibilidade. O Governador do nosso Estado é um homem insensível, até porque não basta nós, Deputados, virmos aqui denunciar esse ou aquele Secretário, dizer que o Comandante-Geral da PM não tem, sabidamente, resolvido o problema da segurança em Minas Gerais, porque falta, exatamente, o comandante maior, aquele que foi eleito pelo povo para dar as diretrizes de como se deve atacar esses problemas.

Concluo dizendo, mais uma vez, que Minas Gerais não tem Governador; tem um homem que abandonou, por definitivo, sua obrigação de governar o Estado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Quero agradecer o aparte do nobre companheiro Deputado Kemil Kumaira e dizer que sempre estive na base de Governo. Mas isso não impede o Deputado de, antes de ser base de Governo, ser base do povo, porque a mim não interessa base de Governo, Situação ou Oposição, mas os reais interesses do povo de Minas Gerais. Quero fazer algumas considerações a respeito do Governador Itamar Franco.

Gostaria de deixar claro que não posso, como base de Governo, negar algumas deficiências. Por outro lado, temos de ressaltar que, quanto ao servidor público da segurança pública, o Governador tem feito, mas ainda falta. Os policiais militares e civis, hoje, gozam de remuneração muito melhor do que no Governo anterior. Temos de fazer essa justiça ao Governador. Mas faltam investimentos e é necessário que haja compromisso para com a infra-estrutura das duas polícias.

Precisamos, também, de aprovar leis. A Assembléia precisa contribuir para que, de fato, possamos melhorar um pouco mais a segurança pública e dar um pouco mais de esperança ao povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Pettersen* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em virtude dos últimos acontecimentos, que envolveram o maior partido deste País, assim como o nobre Senador da República, analisando a repercussão dos fatos, vimo-nos no dever de trazer à sociedade as seguintes colocações.

Confessamos aos ilustres companheiros Deputados que ainda não estamos refeitos das emoções de domingo passado. A eleição do colega Michel Temer para a Presidência do PSDB, bem como a consagração do Senador José Alencar como Vice-Presidente, demonstram que nosso partido tem uma linha política coerente e inteiramente afinada com o interesse maior do povo brasileiro.

Na verdade, a candidatura de Maguito Vilela, patrocinada pelo Governador Itamar Franco, não tinha chance de sair vitoriosa. Nossos companheiros convencionais, em grande maioria, bem perceberam que se tratava de manobra do Governador, em seu projeto de chegar à Presidência da República. Ora, o Dr. Itamar Franco - com suas idas e vindas, avanços e retrocessos e mudanças extremas de posição -, o que fez, até agora, foi usar o PMDB e, por extensão, todos os mineiros e brasileiros que confiam no partido.

O resultado da convenção, entretanto, não desapontou. Estamos agora confiantes em que o PMDB poderá continuar prestando grandes serviços à Nação, tendo em vista o currículo irretocável de Michel Temer. Mais ainda, a indicação do Senador José Alencar para Vice-Presidente fortalece Minas no cenário nacional e abre-nos nova e promissora perspectiva: está definido que o Senador José Alencar poderá disputar as prévias do partido, marcadas para o dia 20/1/2002, quando será definido o candidato do PMDB à Presidência da República. José Alencar tomou essa decisão logo após a convenção, no pressuposto de que seu nome pode representar uma solução. Os apelos para que ele dispute as prévias partiram de todos os lados, e, com a honesta humildade que o caracteriza, o Senador reconhece que o Governador Itamar Franco tem condições de vencer as prévias caso decida permanecer no PMDB.

Não obstante, não se pode dizer que o Governador seja uma personalidade previsível. Caso sua posição mude - o que não nos surpreenderia -, o nome de José Alencar seria a saída.

O nosso Senador cresceu no cenário nacional em razão de sua proverbial probidade, equilíbrio, maturidade política e civismo. Assim, ele não deixaria de apoiar Itamar Franco caso este fosse o candidato do PMDB à Presidência. Porém, não deixaria jamais de atender apelo para entrar na disputa se seu nome evitasse que o PMDB se colocasse numa camisa-de-força, tendo em vista a inconstância do outro postulante. De toda a maneira, é reconfortante verificar que o Brasil cresceu politicamente com os resultados da convenção de nosso partido.

Tudo considerado, causam espécie as declarações de alguns assessores do Dr. Itamar Franco, segundo as quais a pré-candidatura do Senador José Alencar à Presidência seria uma provocação ao Chefe do Executivo mineiro. Em particular, rejeitamos as tendenciosas afirmações do Presidente da COPASA, Dr. Marcelo Siqueira, de que o Senador José Alencar não pode esquecer que foi eleito pelo grupo itamarista. O Dr. Siqueira chegou, ainda, ao cúmulo de dizer que, politicamente, o Senador não tem vôo próprio.

Em primeiro lugar, o Senador José Alencar mostrou sempre igual habilidade e inteligência tanto como empresário quanto como homem público. Se seu grupo empresarial é vitorioso, é porque foi fundado e dirigido por um homem vitorioso na melhor acepção da palavra. A trajetória política de Alencar, por outro lado, desenvolveu-se independentemente da atividade empresarial. Seu prestígio político foi-se firmando ao longo dos anos em virtude de sua extraordinária condição de estadista nato. Dizer que ele não tem vôo próprio é impensado e leviano.

No campo político e da administração pública, José Alencar é protótipo de competência. E essa competência, diga-se, é reconhecida pelo povo, que o consagra nas urnas e o apoia no trabalho em prol de Minas e do Brasil. Vamos terminar dizendo apenas que as declarações do Dr. Marcelo Siqueira merecem veemente repúdio, não só nas fileiras do PMDB, mas por parte de todos os cidadãos conscientes.

Confessamos que nossa impossibilidade de conviver politicamente com o Governador nos levou a pensar mesmo em mudar de partido, juntamente com alguns colegas. A eleição do Senador José Alencar para a Vice-Presidência do Diretório Nacional, entretanto, mostrou-nos que nosso lugar é no PMDB: afinal, se nossos colegas souberam reconhecer o mérito do Senador, estão afinados conosco, e devemos junto com eles trabalhar para o bem do povo brasileiro. Muito obrigado!

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não podemos continuar presenciando as tentativas de determinados setores do Governo, nas situações mais discrepantes, de tirar o mérito de um Senador da República da estatura do Senador José Alencar. Não podemos permitir tal ingratidão, porque a insinuação foi feita com muita leviandade. Lembro que seu autor não conseguiu se eleger Deputado Federal, ficando na quarta suplência. E ele não pode vir, de pronto, em uma entrevista, tirar o valor, a credibilidade e o prestígio político de um Senador que merece todo o nosso respeito. O Sr. Marcello Siqueira não tem o direito de tentar desvalorizar, desmerecer e desprestigiar esse cidadão.

José Alencar foi muito útil ao Governador em sua campanha por este Estado afora, no 1º turno, dando-lhe condições de toda natureza, e sequer veio a público, algum dia, para cobrar-lhe o apoio, porque reconhece que ajudou efetivamente o partido pelo qual ele se candidatou. Não podemos permitir essas ofensas inconsistentes ao Senador, por ciúmeira e despeito. Querem manter a República de Juiz de Fora instalada no Palácio da Liberdade, às custas do partido e de nós, Deputados, que, ao lado do Senador, trabalhamos.

Isso tem de ficar claro, porque a sociedade não permite que tal leviandade prossiga. E queremos o respeito a todos nós, políticos. Mesmo derrotados na convenção estadual de nosso partido, permanecemos nele e abraçamos os vencedores, pois ali fizemos nossa história tanto eu quanto o Senador.

Em Brasília, presenciamos o assédio de todos os companheiros dos Estados da Federação, insistindo com o Senador José Alencar para que participasse das prévias, no dia 20/1/2002. E é o cúmulo do absurdo que o Governo Itamar Franco considere isso uma provocação. Queremos que o Itamar continue no PMDB e que participe das prévias junto com José Alencar, Pedro Simon e, possivelmente, Jarbas Vasconcelos, Governador de Pernambuco. Abraçaremos e apoiaremos a candidatura do vitorioso para a Presidência da República, pelo PMDB. Não é justo considerar esse gesto, que não é do Senador, mas de seus companheiros do PMDB nacional, uma provocação.

O Senador José Alencar entende que o Itamar Franco tem melhores condições de ganhar as prévias, pelo seu passado e pelo que já foi neste País. Caso o Senador perca essas prévias, apoiará Itamar Franco automaticamente. Senti que a participação do Governador é um convite a retirar-se novamente do PMDB. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PMDB se dá ao luxo de ter dois candidatos a Presidente da República disputando uma prévia no próprio Estado. Minas possui essa facilidade porque os quadros desse partido são o que vocês estão vendo. Tiveram a capacidade e a lisura de oferecer ao País esses dois cidadãos mineiros.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, muitos partidos sequer têm candidatos a Governador. E o PMDB tem dois candidatos para disputar uma prévia em Minas Gerais, demonstrando que está com candidatos que atendem o segmento da sociedade deste Estado e deste País. Tenho a certeza de que, quando o José Alencar começar a rodar por este Estado e a cumprir a sua agenda nacional por este País, verão que Minas já estará em uma situação, em um alcance e em uma expectativa de governo, porque a credibilidade de um homem não é construída do dia para a noite, mas conquistada com trabalho e com sacrifício nessa lavra de obrigações. Quando vi e participei daquele quadro nacional em Brasília, pude sentir-me feliz e honrado, como diversos colegas de partido, quando se dirigiam ao José Alencar com aquele respeito espontâneo e aquele carinho indispensável que fortalece qualquer ego político. Lá estava o Senador com a sua humildade e convicção de estar este Brasil em uma situação e em uma condição de esperança de melhores dias para esta sociedade, porque o fruto da sua visão e do seu nacionalismo traduz a desesperança dos menos favorecidos, de que sabemos perfeitamente o número nacional.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, repúdio, mais uma vez, a atitude do Governo Itamar Franco de identificar o convite e a insistência dos companheiros de José Alencar para que participe da prévia como uma provocação. Espero que o Sr. Marcello Siqueira retire, de pronto, tal insinuação indecorosa. Muito obrigado. Concedo um aparte ao Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Muito obrigado. Sr. Presidente, uso o tempo do nobre Deputado Paulo Pettersen para tratar de uma questão urgente e do interesse público, que tem de superar qualquer situação. Desde o dia 8/8/2001, os servidores federais das áreas de seguridade social e saúde encontram-se em greve. Trata-se de um recurso extremo, que preferiam não adotar.

O Deputado Paulo Pettersen - Deputado Doutor Viana, houve uma falha. Regimentalmente, primeiro, terei de conceder um aparte ao Deputado Anderson Aduato; depois, automaticamente, concederei um aparte a V. Exa.

O Deputado Anderson Aduato (em aparte)* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Deputado Paulo Pettersen, que ocupa a tribuna, estamos abordando, pela primeira vez dentro da Assembléia Legislativa, que é o poder político do Estado, essa questão. Também estive em Brasília - estive antes, no dia e após a convenção - e pude perceber aquilo que Minas Gerais está começando a perceber e de que o Brasil também começa a tomar conhecimento. Todos nós que temos mandato, que estamos trabalhando para construir algumas candidaturas que venham a atender ao interesse da sociedade mineira, temos um quadro muito claro: o partido político que não tiver um candidato comprometido com a ética, com a probidade e com a moralidade não passará nem do 1º turno. Não temos dúvida de que esse será o quadro das eleições de 2002, e o nome que o Deputado Paulo Pettersen defende na tribuna, que é o do Senador José Alencar - grande mineiro -, talvez seja a salvação de Minas depois de alguns governos. Acredito piamente nisso. Vejo nas conversações, nas articulações que começamos a fazer, na possibilidade de surgir uma candidatura de centro-esquerda, que o Senador José Alencar é o nome que uniria um conjunto muito expressivo de partidos, juntamente com o Prefeito Célio de Castro, com Patrus Ananias, ex-Prefeito de Belo Horizonte, e agora também um companheiro desta Casa que entra no PSB e que reputo como grande liderança, prontos para formar um quarteto de lideranças com que poderíamos trabalhar na construção de uma candidatura majoritária, pensando em Governador, Vice-Governador e duas vagas para o Senado.

Essa questão preocupa-me até porque, nessa ida a Brasília, percebi que a cúpula do PMDB está querendo outras alternativas, e isso é perfeitamente legítimo. Acredito na tese da candidatura própria. Tive condições de conversar pessoalmente com o ex-Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temer, e tenho a convicção de que o atual comando do PMDB deseja lançar candidatura própria para a Presidência da República. O partido tem obrigação de estar atento ao surgimento de novos líderes. Cabe à cúpula partidária, inclusive, estimular o lançamento de novos líderes dentro da legenda. Feliz é o partido que tem mais de uma opção. Tivemos oportunidade de descrever para o PMDB nacional as nossas dificuldades. Considero-me um autêntico peemedebista, assim como V. Exa. Sempre lutamos pelos interesses do PMDB, sempre colocamos acima de qualquer liderança os interesses do partido, e até por isso mesmo tivemos algumas dificuldades com o Vice-Governador.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocamos para a cúpula nacional as dificuldades, o desencanto dos mineiros para com o atual Governador no que diz respeito à questão

administrativa. É muito legítima a preocupação do Governador Itamar Franco com relação à questão política, mas não é justo o abandono em que ele está deixando Minas Gerais, porque só pensa em política, enquanto os serviços essenciais para a população estão sendo deixados de lado: o transporte, as estradas - que estão esburacadas -, a crise na saúde, os problemas na educação e em todas as outras áreas.

É claro e óbvio que, se ele deixar o Governo em março e colocar-se como pré-candidato do PMDB, a sociedade e a grande imprensa nacional farão um balanço do que foi, administrativamente, o Governo Itamar Franco em Minas Gerais. Nesse momento, o Brasil vai conhecer um quadro que não conhece ainda, vai tomar conhecimento de um governo que não está indo bem, repito, do ponto de vista administrativo, no que diz respeito a cumprir os compromissos maiores que fez com a sociedade mineira. Se o Governador Itamar Franco for o único pré-candidato do PMDB, corremos o risco de não ter candidato algum.

É muito importante o trabalho que a cúpula do PMDB faz no intuito de, obviamente, não ignorar a candidatura do atual Governador, apesar do conhecimento que passará a ter, juntamente com os companheiros de outros Estados, da forma como ele governa Minas, da forma como ele trata seus companheiros. Mas ele é importante para o partido, e espero que continue no PMDB, apesar de tudo.

É preciso que o PMDB tenha outras opções. Temos já declarado como pré-candidato o ex-Senador Pedro Simon, que foi um grande Governador e tem todas as qualidades de um nacionalista com espírito público, probidade e sentimento nacional, como o Governador de Minas. É importante que o partido estimule a candidatura de uma grande liderança no Nordeste, como é o atual Governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos. E ainda não vejo problema algum em uma outra liderança mineira. O Governador Itamar Franco não pode querer a exclusividade no campo nacional. Venho dizendo, há algum tempo, dentro do PMDB, que o partido precisava observar o Senador José Alencar. O Senador José Alencar é o candidato do momento para a Presidência da República ou para Governador do Estado. Ele traz com o seu nome todas as qualidades que esperamos de um governante.

Nobre Deputado Paulo Pettersen, quero parabenizá-lo por ter assumido a tribuna e feito essas considerações. Ouvi, em parte, o discurso de V. Exa. Sai do meu gabinete e fiz questão de vir para cá fazer um aparte, porque é importante que todos os outros partidos saibam que o PMDB fará tudo que estiver a seu alcance para ter candidatura própria. A tese de desenvolver a candidatura própria é estimular os possíveis candidatos que temos dentro do PMDB. O Senador José Alencar engrandece o partido. Na minha avaliação, repito, é o candidato que reúne grandes condições, não apenas para ser candidato a Governador de Minas como também a Presidente da República. Particularmente, gostaria muito que ele viesse a ser candidato a Governador. Mas entendo o gesto das lideranças maiores do PMDB quando solicitam ao Senador José Alencar que coloquem também o seu nome. Não conheço ainda, Deputado Paulo Pettersen, a decisão do Senador José Alencar. Mas entendo como legítimos o ato e o gesto do partido em querer que o Senador José Alencar possa fazer parte do grupo de grandes lideranças que o partido tem em nível nacional. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Pettersen* - Deputado Anderson Aduato, agradecemos as suas palavras, mas não vamos comentar o desgoverno do Sr. Itamar Franco, pois pretendo ressaltar as qualidades do produto que Minas tem para oferecer ao Brasil. Coincidentemente é o PMDB que está oferecendo essa opção, essa capacitação e essa ética. Isso é importantíssimo para o partido, para Minas e para o Brasil. Tenho a certeza de que nós e a sociedade mineira havemos de nos conscientizar, o mais rápido possível, da importância do Senador Alencar para o Governo de Minas ou para a Presidência da República, pois não se prestará a um projeto pessoal, exclusivista, sem parceiros, sem companheiros, sem amigos. O Senador é um homem que sabe conservar suas amizades, porque seguiu o estilo de Tancredo Neves, que se foi, mas deixou o seu legado.

Por que acompanhamos o Senador José Alencar? Porque é uma pessoa solidária, amiga, que não usa o companheiro em benefício próprio, para o atendimento de projetos pessoais. Por isso, a cada dia, até mesmo fora das hostes peemedebistas, tem amigos e companheiros. Isso é muito importante. Apesar de a sociedade mineira aprovar as suas atitudes, o Senador não é reconhecido pelo Governador do Estado, que sente por ele despeito, ciúme e inveja. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, abordarei dois assuntos. O primeiro diz respeito à fala dos Deputados peemedebistas, colegas de partido, cujas colocações entendi. Participamos da convenção do partido, que possui nomes extraordinários, principalmente em Minas Gerais, como o Senador José Alencar e o ex-Senador, ex-Presidente da República e atual Governador Itamar Franco. É bom ouvir essas discussões calorosas, que fazem parte do processo democrático. Em toda família, existem as divergências e as concordâncias. Continuamos esperançosos de que o partido encontre, na época certa, o que for melhor para o País. Esses dois grandes nomes nos envaidecem bastante. Não podemos atacá-los, porque tanto um quanto outro poderá ser convocado em determinado momento e estará apto para servir ao partido, ao Estado e ao País.

Dessa maneira, concordo com as colocações no que dizem respeito aos valores, ao gabarito, à competência do Senador José Alencar e à reserva moral que é. Também concordo com que o atual Governador do Estado, Sr. Itamar Franco, do PMDB, tem um currículo político invejável, engrandece o Estado e o País e é capaz de governar o País, uma vez que, nas pesquisas, vem despontando com brilhantismo. Então, que, na época, todos tenhamos esse discernimento, e o que for melhor para o partido, o Estado e o País venha a acontecer.

Gostaria de falar sobre a preocupação quanto a essa greve da seguridade social, porque quem mais sofre com a paralisação do atendimento são as pessoas mais carentes.

Desde o dia 8 de agosto, os servidores federais das áreas de seguridade social e saúde se encontram em greve. No entanto, há 7 anos, vêm tentando o caminho do entendimento, levando propostas ao Governo Federal, que vem se mostrando insensível aos apelos da categoria. Os vencimentos desses servidores estão defasados desde a implantação do Plano Real, e, segundo o cálculo do DIEESE, o reajuste deve ser de, aproximadamente, 75%.

Mas o movimento não se prende, apenas, à questão dos vencimentos: reivindicam, ainda, melhores condições de trabalho e a realização de concurso público para o provimento das vagas ora existentes. Estima-se em 13 mil o número de funcionários necessários à agilização e eficiência no atendimento ao público. Apesar de tudo, o Governo Federal não se dispõe, sequer, a abrir negociações. As propostas da categoria já foram apresentadas formalmente, mas não houve manifestação do poder público.

Por outro lado, os servidores não se animam a confiar em possíveis entendimentos, uma vez que, na greve passada, houve apelo do Governo para o retorno às atividades, com promessa de se constituir mesa de negociações, mas, tão logo o serviço voltou à normalidade, foram ignoradas as providências prometidas, sem nenhuma justificativa.

Agora o Governo ameaça com o corte dos dias parados, numa clara retaliação ao movimento legítimo, respaldado, inclusive, pela OIT. O Presidente do STF se pronunciou favoravelmente às reivindicações dos funcionários federais, que já não conseguem suportar as condições inadequadas de trabalho e os baixos vencimentos.

Vários representantes do nosso Estado na Câmara Federal já se manifestaram em apoio ao movimento, e creio que o posicionamento desta Assembléia também é fundamental, em defesa do direito dos cidadãos de terem acesso ao atendimento à saúde e aos benefícios da previdência social.

Nosso povo não encontra mais portas a bater. A rede municipal de saúde está em greve desde agosto, e os postos de atendimento do Estado não são suficientes para suprir a demanda. Os servidores não são ouvidos por quem deveria fazê-lo. Querem mostrar a realidade do serviço, querem demonstrar a necessidade urgente do reajuste que pleiteiam e a legitimidade dessa luta em que se empenham.

Mas esta Casa sempre ofereceu aos cidadãos a oportunidade de exercer os seus direitos e de se manifestar livremente, dentro da ordem. Creio, pois, ser este o momento de eles trazerem a este Legislativo as razões da sua luta, para que, com nosso aval, levem a sua voz aos representantes de Minas no Congresso Nacional.

Estou requerendo à Comissão do Trabalho, com o Deputado Bené Guedes, membro efetivo dessa Comissão, a realização de audiência pública para tratar desse assunto de relevante interesse para o povo. Peço aos ilustres pares o apoio imprescindível à abertura desse importante debate e que, honrando a tradição desta Casa, sejamos sensíveis ao diálogo e à negociação, para o restabelecimento do respeito aos valorosos servidores federais e do atendimento à saúde dos nossos concidadãos.

Passo às mãos de V. Exa. o requerimento, solicitando, nos termos do art. 291 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com as lideranças sindicais dos servidores públicos, para tratar da paralisação do serviço de atendimento à saúde e da concessão de benefícios previdenciários à população do Estado, convidando o Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais - SINDIPREVI-MG -; a Federação Nacional dos Sindicatos de Saúde, Trabalho e Previdência Social; a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS -; a Central Única dos Trabalhadores - CUT - e o Comando Estadual de

Greve em Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/9/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.883, de 2000, 1.988, 2.025, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão E de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Dilzon Melo

nomeando Cimar de Macedo e Marques para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Cunha

exonerando André Pires de Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando Ângela Guimarães Christovam do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Ângela Guimarães Christovam para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Luiz Martins dos Santos Filho para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas.

Gabinete do Deputado Miguel Martini

nomeando Waldeyr Dantas de Tolentino para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Claudia Maria Pereira e Silva Ramos do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Socialista Democrático.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Gerson Vieira Paoliello do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Vice-Líder do PSD;

exonerando Moisés Silvestre Leal do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do PSD.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Carlos Alberto Bejani, matrícula 9653-9, no período de 13/9/2001 a 17/9/2001.

Mesa da Assembléia, 24 de setembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado José Milton de Carvalho Rocha, matrícula 9665-2, no período de 12/9/2001 a 13/9/2001.

Mesa da Assembléia, 20 de setembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Luiz Buccini Carneiro. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Licitação: inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura.

ERRATAS

ORDEM DO DIA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA

25/9/2001

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/9/2001, na pág. 54, col. 3, no título, onde se lê:

"25/9/2001", leia-se:

"26/9/2001".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da CPI das Carvoarias

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/9/2001, na pág. 54, col. 3, onde se lê:

"Dalmo Ribeiro Silva, Presidente 'ad hoc.'", leia-se:

"Adelmo Carneiro Leão, Presidente 'ad hoc.'".